

NOTA INFORMATIVA DO SECRETÁRIO-GERAL SOBRE O IMPACTO DA DOENÇA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Resumo Executivo

A América Latina e o Caribe tornaram-se um hotspot da pandemia de coronavírus (COVID-19), exacerbada por limitada proteção social, sistemas de saúde fragmentados e profundas desigualdades. A COVID-19 resultará na pior recessão registrada na região em um século, provocando uma contração de 9,1% no PIB regional em 2020.¹ Isso pode aumentar o número de pobres em 45 milhões (para um total de 230 milhões) e o número de pessoas extremamente pobres em 28 milhões (para um total de 96 milhões), colocando-os em risco de desnutrição. Numa região que experimentou um número significativo de crises políticas e protestos em 2019, o aumento das desigualdades, da exclusão e da discriminação no contexto da COVID-19 afeta adversamente o desfrute dos direitos humanos e dos avanços democráticos, podendo mesmo provocar distúrbios sociais se não for abordado.

Antes da pandemia, o modelo de desenvolvimento da região estava enfrentando graves limitações estruturais: alta desigualdade, restrição do balanço de pagamentos e exportações concentradas em setores de baixa tecnologia, resultando em crises recorrentes da taxa de câmbio e da dívida, baixo crescimento, alta informalidade e pobreza, vulnerabilidade às mudanças climáticas e desastres naturais e perda de biodiversidade. Os indicadores sociais negativos estavam e continuam sendo agravados por taxas extremamente altas de [homicídio](#) e violência de gênero, inclusive o feminicídio.

A recuperação após a pandemia deve ser uma ocasião para transformar o modelo de desenvolvimento da América Latina e do Caribe e, ao mesmo tempo, fortalecer a democracia, salvaguardar os direitos humanos e manter a paz, em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os custos da desigualdade na região tornaram-se insustentáveis.

¹ Salvo indicação em contrário, todos os dados citados neste documento provêm da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

A resposta requer um reequilíbrio do papel do Estado, do mercado e da sociedade civil na formulação de políticas, ênfase na transparência, maior prestação de contas e inclusividade para apoiar a democracia, fortalecimento do Estado de Direito e proteção e promoção dos direitos humanos. As causas básicas da desigualdade, instabilidade política e deslocamento precisam ser abordadas. Por sua vez, essas medidas demandam pactos sociais para obter legitimidade e apoio, um forte compromisso com o combate à corrupção e ao crime organizado, bem como uma presença efetiva, responsável e sensível do Estado em todo o território. Os avanços em termos de consolidação da paz registrados nas três últimas décadas devem ser preservados e aprofundados.

A igualdade é a chave para o controle bem-sucedido da pandemia e para uma recuperação econômica sustentável na América Latina e no Caribe. No curto prazo, a igualdade ajuda a manter a renda e a demanda agregada. O foco na inclusão social contrabalança o aumento da xenofobia e estigmatização de grupos marginalizados. A contribuição ativa dos jovens precisa ser reconhecida, apoiada e alavancada, já que cerca de 17% da população da América Latina e do Caribe tem entre 15 e 24 anos.² Na recuperação econômica, a igualdade é crucial para estimular o crescimento e a produtividade tanto diretamente, mediante acesso a educação, alimentação, saúde e oportunidades para todos, como indiretamente, impedindo a concentração de poder econômico e político que restringe, captura e distorce as políticas públicas. **Na América Latina e no Caribe, reconstruir melhor implica reconstruir com igualdade.**

A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres precisam estar no centro da resposta. As mulheres têm sofrido um impacto desproporcional da pandemia; empregadas predominantemente nos setores informais e mais afetados, sua capacidade de absorver choques econômicos é menor, assumiram maiores demandas de cuidado em casa e estão mais expostas a um aumento da violência numa região que já registra altas taxas de violência de gênero. É preciso envidar todos os esforços para garantir os plenos direitos de mulheres, meninas e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e intersexo (LGBTI), inclusive o direito a uma vida sem violência, exploração e discriminação, o direito a saúde, educação, emprego, salários e proteção social, a promoção da autonomia econômica e participação política.

² Nações Unidas, World Population Prospects 2019 [base de dados on-line] <https://population.un.org/wpp>

A resposta à COVID-19 em termos de políticas deve nos aproximar mais da visão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em quatro dimensões essenciais ancoradas em direitos humanos:

- *Social*, com base na igualdade e proteção social universal para todos, independentemente de sexo ou gênero, idade, raça ou etnia, idioma, religião, situação legal ou migratória ou qualquer outra situação ou circunstância pessoal.
- *Econômica*, com base na criação de empregos decentes mantidos por capacidades tecnológicas locais melhoradas.
- *Ambiental*, com base na proteção da natureza e do meio ambiente para as atuais e futuras gerações.
- *Política*, com base na democracia, Estado de Direito, transparência, igualdade de gênero, prevenção de conflitos, prestação de contas, participação e acesso da sociedade civil e das comunidades locais à informação em todas as etapas da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Recomendações de políticas no curto prazo

1. **Considerar a exploração de mecanismos para proporcionar às pessoas em situação de pobreza uma renda básica emergencial. Isso poderia incluir a possibilidade de proporcionar o equivalente a uma linha de pobreza nacional.**³ A fim de abordar a insegurança alimentar e a desnutrição, essas medidas poderiam ser complementadas, se necessário, por **doações de combate à fome** para as pessoas que vivem em pobreza extrema.⁴
2. O pleno acesso a assistência econômica e humanitária e serviços básicos deve ser assegurado a todos que deles necessitem, especialmente trabalhadores informais, mulheres, jovens e pessoas nas situações mais vulneráveis: crianças, idosos, afrodescendentes, povos indígenas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI, pessoas deslocadas internamente,

³ A CEPAL estima que, em média para a região, essa linha é de aproximadamente US\$ 140 por mês.

⁴ A CEPAL estima que a linha de pobreza extrema é de aproximadamente US\$ 67 por mês em média para a região.

migrantes, refugiados e minorias, bem como mulheres que experimentaram violência conjugal, violência sexual ou outras formas de violência de gênero.

3. **Considerar a implementação de medidas para preservar habilidades e capacidades gerenciais e produtivas** para que a produção possa responder quando a demanda se recuperar, inclusive subsídios emergenciais para micro, pequenas e médias empresas (MPME), especialmente para cobrir os custos de mão de obra. As políticas devem facilitar o acesso igualitário a tecnologias da informação e comunicação (TIC), ferramentas e plataformas. No caso de empresas maiores, o apoio financeiro deve ser oferecido com condicionalidades, como a proteção dos empregos, investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), investimentos verdes e abstenção da distribuição de dividendos aos acionistas.
4. **A resposta multilateral internacional imediata deve ser estendida aos países de renda média.** Esse grupo, que inclui a maioria dos países da América Latina e do Caribe, enfrenta limitações estruturais, mas tem sido em grande parte excluído da cooperação na forma de resposta de liquidez emergencial, financiamento concessional, isenções comerciais, adiamento do pagamento do serviço da dívida e assistência humanitária. Esses instrumentos são especialmente urgentes para abordar a crescente dívida pública externa dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento do Caribe. A sustentabilidade da dívida deve ser buscada mediante a promoção do crescimento, não pela austeridade que detém o investimento. O financiamento internacional deve ser expandido, incluindo uma grande alocação de direitos especiais de saque (DES), acompanhada de iniciativas de alívio da dívida ou pausa no pagamento da dívida e mecanismos de financiamento inovadores, como a iniciativa de Troca da Dívida por Adaptação Climática para pequenos países insulares do Caribe proposta pela CEPAL.⁵

Recomendações de políticas para reconstruir com igualdade

1. **Fomentar amplos sistemas de bem-estar social**, com esquemas renovados de proteção social e acesso universal a cuidados de saúde e educação para todos, sem discriminação e

⁵ Veja CEPAL, “Debt for Climate Adaptation Swap Initiative for Caribbean SIDS” [on-line] https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/19-00814-debt_initiative_flyer-web.pdf.

independentemente da situação legal ou migratória. Deve incluir medidas direcionadas para proteger os grupos mais vulneráveis.

2. Fomentar **políticas industriais e tecnológicas (ODS 9)** sustentáveis, inclusive medidas para incentivar uma trajetória de crescimento de baixo carbono, realocar trabalhadores informais em empregos decentes, promover a transição para energias renováveis, fortalecer as capacidades em saúde e em tecnologias digitais e verdes e reduzir a vulnerabilidade a novos choques. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e a cooperação com universidades, a comunidade científica e o setor privado são cruciais para a resiliência e a recuperação.

3. Fortalecer sistemas fiscais progressivos que permitam uma maior mobilização de recursos internos (ODS 17) e, mesmo tempo, assegurem que o esforço fiscal se baseie em impostos redistributivos, restringindo a elisão e evasão fiscal.

4. **Preservar os ecossistemas naturais terrestres e marítimos estratégicos e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades territoriais, inclusive mediante** a conservação da biodiversidade e sistemas agrícolas e florestais mais inclusivos, que sejam orientados para comunidades e produtos locais e respeitem o direito dos povos indígenas a suas terras tradicionais.

5. **Integração econômica regional** para apoiar a diversificação produtiva, a resiliência econômica e a cooperação regional no financiamento da ciência e tecnologia.

6. **Fortalecer a governança democrática, o Estado de Direito, a prestação de contas e a transparência**, com base num pacto social para assegurar a legitimidade, inclusividade e eficácia das políticas públicas, bem como o envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil, inclusive as organizações de mulheres.

7. **A sustentabilidade ambiental, apoiada pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, deve ser a base para relançar a cooperação multilateral, particularmente nos países em desenvolvimento.** A recuperação econômica exigirá um forte multilateralismo e cooperação internacional. Os desafios globais cruciais — como as mudanças climáticas, a mobilidade humana, as pandemias e o combate aos fluxos ilícitos de capital — demandam

novas formas de governança. Uma transição justa para uma economia sem carbono, que em muitos casos exigirá investimentos para promover tecnologias e setores econômicos ambientalmente amigáveis, deve ser um componente crucial da recuperação.